

No ano de 2025 foi implantada a Lei 15.100/25, que proíbe o uso de celulares nas escolas por conta da defasagem de estudo cada vez mais crescente. Essa situação assemelha-se a implicações do uso da Inteligência Artificial no mercado nacional pelo fato de que a escola é uma preparação fundamental para a vida profissional do indivíduo, assim, se a “primeira fase” não for feita corretamente, as outras dificilmente serão, gerando consequências graves como o desemprego e a desvalorização do trabalho.

Em primeiro plano, é importante destacar a evolução das máquinas ao longo do tempo, onde essas muitas vezes realizam trabalhos considerados como mais eficazes e a curto prazo em comparação aos seres humanos, que são os responsáveis pela “construção” de tais equipamentos. Isso é perceptível na cena do filme “A Fantástica Fábrica de Chocolate”, no qual o pai do personagem principal da trama é substituído por uma máquina, que é considerada mais produtiva e com custos menores para a empresa.

Diante disso, a constante falta de valorização dos trabalhadores é intensificada principalmente pela ideia de que a Inteligência Artificial é melhor que as próprias pessoas e pode ocupar seus lugares facilmente, porém sendo a I.A um mero algoritmo que não possui experiências, mas sim dados compilados, que está sujeito a erros notáveis e consegue substituir alguns trabalhos, mas não profissões em si.

Portanto, mudanças são de extrema importância para o cenário atual. Assim, o Congresso tem por obrigação propor leis, assegurando oportunidade de emprego e direitos humanos, descritos na Constituição de 1988, para os assalariados, que não só competem entre si, mas com essa tecnologia também, promovendo o fim dessa ação de substituição.

¹ Trabalho orientado pela professora Andrea Garcia Zelaquett do Colégio Estadual do Paraná.